

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA – GO, DECORRENTES DAS
ATIVIDADES DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA.**

Marco Abreu

RESUMO

O presente artigo tem como propósito dar continuidade às discussões em torno dos efeitos do cultivo da cana- de- açúcar para a produção de álcool combustível, sobre a agricultura familiar, porém, focado nas questões sociais advindas do impacto socioeconômico consequente da dita (des) ruralização a partir da aplicação da tecnologia na agricultura, justificadora da urbanização rural responsável por consideradas mudanças no perfil social da região e seus atores. Ressaltando que o artigo que se apresenta é um recorte das diversas reflexões contempladas na dissertação desenvolvida no programa de mestrado e que seu tema ainda se faz atual e portanto merecedor de novas discussões e abordagens dada a complexidade de se [...]

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte do trabalho desenvolvido no Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável e tem como propósito debater as transformações sociais observadas no município de Rubiataba – GO a partir das inúmeras discussões e necessários debates a cerca do cultivo da cana-de-açúcar no município e suas consequências.

O objeto de estudo é o agricultor familiar em meio aos efeitos resultantes do desenvolvimento da indústria sucroalcooleira no município de Rubiataba, efeitos estes advindos do impacto socioeconômico consequente da (des) ruralização a partir da aplicação da tecnologia na agricultura, propulsora do avanço da lavoura de cana-de-açúcar e justificadora da urbanização rural responsável por consideradas mudanças no perfil social da região e seus atores.

É observado, a princípio numa perspectiva empírica, que as regiões com potencial de produção agrícola dependem de estudos que viabilizem a harmonização entre os resultados econômicos pretendidos na produção e a necessidade de

continuidade das atividades geradoras de renda. No entanto, a prática nem sempre condiz com propostas teoricamente perfeitas.

Nota-se, ainda nessa perspectiva, a falta de racionalização nas atividades agrícolas, devido à ausência de um plano de sustentabilidade que beneficie o agricultor familiar numa perspectiva socioeconômica, visto que o resultado de sua produção, ao que se supõe, e na perspectiva do ator, atende apenas as suas necessidades mínimas, tais como alimento e vestuário. Não existem, portanto, oportunidades de melhoria econômica na exploração dessas atividades, em conformidade com a preservação ambiental, o que dificulta ou mesmo impossibilita uma mudança da qualidade e padrão de vida dessas famílias. Eis, então, a interferência deste evento na construção e/ou desconstrução social do município. Ressalte-se que esse agricultor familiar somente conseguirá produzir o bastante para um ganho que supere o suprimento de suas necessidades mínimas se houver incrementos no seu modo produtivo a partir de sua inclusão aos preceitos da tecnologia, com aplicação de insumos que possibilitem maior capacidade de produção.

Em meio a essas divergências e multiplicidades de interesses, as pretensões com o presente artigo apontam para o resgate às discussões em torno da atual situação da agricultura familiar no Goiás a luz da sociologia, especificamente no município de Rubiata-GO, atinentes às mudanças no perfil socioeconômico da região e da mobilidade do trabalhador no sentido rural/urbano e suas consequências. O cenário é a produção do álcool combustível e a conseqüente alteração nas características socioeconômicas dos trabalhadores envolvidos no processo bem como as relações de trabalho disseminadas em outros setores de atividade econômica advindas dos modos organizacionais da indústria sucroalcooleira e, principalmente, as ocorrências observadas no município de Rubiataba.

Ainda que o tema em questão seja alvo de inquietos estudos e de fartas publicações, a proposta aqui se justifica pela busca de uma consistência reflexiva acerca dos pontos a serem discutidos e que possam direcionar a uma análise mais aprofundada das transformações observadas na sociedade rubiatabense decorrentes da inserção da indústria canavieira na região e que viabilizem ações pragmáticas no sentido de buscar composições entre o desenvolvimento social do município a partir do desenvolvimento econômico concordado aos princípios da sustentabilidade e a construção de novas abordagens. Portanto,

A delimitação teórica elementar para nas discussões deste artigo tem relação direta à pesquisa desenvolvida em minha dissertação de mestrado. Portanto, teorias do campo da sociologia e da economia consistem nas análises principais sem desconsiderar outras áreas da ciência tanto necessárias na elevação e valorização do trabalho.

Com o propósito de contextualizar os resultados de minha dissertação de mestrado, as observações aqui apresentadas direcionam-se às questões sociológicas e do capitalismo, muitas a luz dos manuscritos publicados de Karl Marx e Max Weber; e quando das relações de trabalho, fundamentadas nos estudos da escola clássica da administração sustentadas no taylorismo e fordismo . Desta forma, buscar-se-á empreender uma análise de tais teorias ante as ocorrências verificadas no objeto de estudo e o problema que se configura a partir da trajetória teórica.

1. CARACTERIZAÇÃO E SÍNTESE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE RUBIATABA

Rubiataba foi primitivamente habitada por pessoas que se dedicavam à formação de lavouras, registrando-se os pioneiros José Custódio, Manoel Francisco do Nascimento e Gabriel Pereira do Nascimento, que chegaram à região em 1945. O município de Rubiataba, como núcleo populacional, surgiu efetivamente em 1949. Em 1950, iniciou-se, sob planificação, a construção da colônia, com o nome de “Rubiataba” (rubiácea = café; e taba = aldeia), em virtude da existência de um cafezal nativo, cultura que dominava a região na época. Uma área de 150.000 ha. de terras de cultura foi dividida em 3.000 quinhões de 10 alqueires goianos, doados a agricultores vindos de várias partes do país. Em 1952, o povoado já apresentava características de cidade, com uma população de mais de 20.000 habitantes e uma notável particularidade: todas as ruas e praças, critério ainda mantido, recebem a denominação de madeiras e frutas (Rua Jatobá, Aroeira, etc.). Cidade planejada, desenvolveu-se rapidamente, passando diretamente de povoado a município em 12 de outubro de 1953, pela Lei Estadual nº 807.

Passada a fase áurea do “café” e da colonização agrícola e com a evasão de produtores para outras regiões do norte, consequência também da localização um tanto afastada da rodovia Belém-Brasília, este grande centro urbano, cercado de terras fertilíssimas, carecia de impulso para seu desenvolvimento econômico.

A tabela a seguir traz uma ilustração do município de Rubiataba no que diz respeito ao seu perfil socioeconômico dos últimos dez anos segundo Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação –SEPIN (2008). Vale salientar que os dados a seguir já se encontram atualizados, porém, ainda não divulgadas, contudo, os que se apresentam cumprem a finalidade de possibilitar a interpretação da formação socioeconômica do município e suas transformações.

Tabela 1 - Perfil Socioeconômico de Rubiataba – GO.

	Área	Lei de Criação	Distrito, Povoados e Aglomerados	Municípios Limítrofes
Aspectos Físicos	748,273 km ² (10/10/2002)	nº 807 de 12/10/1953	-Distrito: Waldelândia. -Povoado: Cruzeiro. -Aglomerados: Bragolândia, Goiataba e Santa Luzia	Araguapaz, Ceres, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Morro Agudo de Goiás, Nova América e São Patrício.
Aspectos Demográficos (2007)	Densidade Demográfica 24,09 hab/km ²	Eleitorado 14.442	População Urbana 15.797 hab	População Rural 2.228 hab
Estabelecimentos Geradores de Emprego e Renda (2007)				
Aspectos Econômicos	Estabelecimentos Industriais 67	Destilarias - COOPER-RUBI - Coop. Agroindústria de Rubiataba Ltda.	Estabelecimentos Bancários - Banco do Brasil S.A. - Banco Bradesco S.A - Banco Itaú S.A.	Estabelecimentos de comércio varejista 221
Efetivo da Pecuária – cab. (2006)				
	Bovinos 75.000	Aves 28.000	Vacas leiteiras 15.000	Suínos 3.050
Produção Agrícola – área / t. (2007)				
	cana-de-açúcar 6.800(ha) 476.000(t)	Milho 900(ha) 2.790(t)	Mandioca 60(ha) 960(t)	Tomate 10(ha) 800(t)
Produto Interno Bruto - PIB (2005)				
	PIB (R\$ 1.000,00) 102.432		PIB per capita (R\$ 1,00) 5.401	
Educação (2006)				
Aspectos Sócio-Culturais	Ensino Pré-Escolar 335 alunos	Ensino Fundamental 3.471 alunos	Ensino Médio 940 alunos	Alunos da Creche 98 alunos
Taxa de Alfabetização (2000)				
86,7%				
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M (2000)				
	IDH-M 0,748	IDH-M Renda 0,659	IDH-M Educação 0,861	IDH-M Longevidade 0,723

Fonte: SEPIN, 2008. Elaborada pelo autor.

Os dados revelam o potencial produtivo do município e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH satisfatório, sujeitos a variações ante as mudanças sociais e econômicas observadas.

1.1 Cenário comparativo

A vinda da cana-de-açúcar, para fins de produção do açúcar e, principalmente, do álcool combustível para Goiás no final da década de 1970 e início da de 1980, teve como argumento o fato de que a área utilizada para o plantio e desenvolvimento desse tipo de cultura seria apenas área de pastagens e que os agricultores da região seriam compensados financeiramente além de serem priorizados nas contratações de trabalho junto as usinas produtoras de álcool. Tomando como base o município de Rubiataba, no entanto, fica claro que tal argumentação não condiz com a realidade encontrada hoje. Caso as plantações de cana estivessem realmente concentradas em áreas de pastagem, ainda que antes degradadas, haveria de se supor que as demais localidades não degradadas ainda estariam em plena atividade produtiva de outros tipos de culturas que não fosse a cana-de-açúcar, ou seja, não se observaria uma retração ou substituição das atividades antes desenvolvidas e o trabalhador rural continuaria suas atividades antes já praticadas sem que houvesse a necessidade da suposta contratação para mudar da condição de proprietário para de empregado. Os argumentos, portanto, revelam que no bojo das propostas deveria se haver sacrifícios, e sacrifícios por parte da comunidade agrícola.

Tais interpretações induzem a perspectiva de que o poder econômico sobressai às expectativas da sociedade, pois cabe a ele, o poder econômico, determinar os direcionamentos quanto ao destino da sociedade quanto a seu estado ou não de dependência das grandes corporações.

A concepção marxiana da sociedade distingue em cada sociedade histórica, ao menos a partir de uma certa fase do desenvolvimento econômico, dois momentos, que não são postos, com respeito à sua força determinante e à sua capacidade de condicionar o desenvolvimento do sistema e a passagem de um sistema a outro, sobre o mesmo plano: a base econômica e a superestrutura [...] É verdade que também na concepção marxiana a relação entre base econômica e superestrutura política é uma relação de ação recíproca, mas resta inquestionável a idéia (sem a qual perderia força um dos caracteres essenciais da teoria marxista) de que a base econômica é sempre determinante em última instância. (BOBBIO, 2009, P. 58).

Seguindo ainda uma análise dos últimos dez anos, a tabela a seguir apenas tem o propósito de estabelecer um cenário comparativo quanto ao desenvolvimento canavieiro em relação a outros produtos, como forma de demonstrar que o município de Rubiataba nem sempre fora dependente de grandes corporações e que, por conseguinte, o que se apresenta atualmente configura um estado de dependência da indústria canavieira e seu aporte nas transformações sociais.

Tabela 2 - Desempenho da lavoura temporária e permanente de Rubiataba em 2003.

Total de habitantes 2003 = 18.519					
Cana de açúcar			Banana		
Lavoura Temporária (2003)	Produção p/tonelada	224.000	Lavoura Permanente (2003)	Produção p/tonelada	150
	Valor p/ tonelada (\$)	7.720		Valor p/ tonelada (\$)	75.000
	Área plantada p/ha	3.000		Área plantada p/ha	15
	Rendimento médio kg p/ha	80.000		Rendimento médio kg p/há	10.000

Fonte: IBGE, 2006. Elaborada pelo autor.

Numa breve análise dos dados apresentados, certifica-se que a indústria sucroalcooleira é responsável, hoje, pela dinâmica econômica do município. Se for levado em consideração o número de habitantes por área plantada e o rendimento médio do cultivo, verifica-se que as lavouras secundárias são insuficientes para manter a economia da região em um movimento constante que se traduza em sustentabilidade, o que revela uma situação de dependência à indústria sucroalcooleira, responsável pelos empregos diretos e indiretos no município de Rubiataba.

Importante, ainda, que se demonstre a evolução do capitalismo no município e, portanto a seguir são apresentados os desempenhos da atividade sucroalcooleira e sua participação em nível estadual.

Tabela 3 - Área plantada, colhida e produção de cana-de-açúcar, segundo o estado de Goiás e o municípios de Rubiataba - 2003 – 2004 - 2005.

2003	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
Goiás	168.007	164.861	12.907.592
Rubiataba	3.000	2.800	224.000
2004	176.328	176.328	14.001.079
Goiás			

Rubiataba	3.200	3.200	256.000
2005 Goiás	200.048	196.586	15.639.760
Rubiataba	3.500	3.500	280.000

Fonte: SEPIN (2008). Elaborada pelo autor.

Chama atenção a uniformidade nas áreas plantadas e colhidas tanto no estado de Goiás quanto no município de Rubiataba em 2004, possivelmente em função de fatores climáticos homogêneos na região de plantio e o emprego de tecnologias mais eficientes. Porém, no ano de 2005 em nível de estado se percebe queda de 1,7% da área plantada em relação a área colhida, entretanto em Rubiataba se mostram equilibradas assim como no ano de 2004. Tal observação remete à percepção quanto ao empenho da indústria sucroalcooleira instalada no município de Rubiataba em manter um máximo de aproveitamento e eficiência em suas atividades.

Objetiva-se, no entanto, não apenas demonstrar as variações para cima ou para baixo nas áreas plantadas e colhidas, bem como as causas de tais variações. O que importa são as consequências da inserção do capital nos municípios, em função da evolução da indústria sucroalcooleira. Dentre essas várias consequências não se desprezam a forte influência ou mesmo interferência dos diversos programas de governo que trazem como propostas ações que possibilitem a capitalização do agricultor familiar que, sem condições financeiras, busca recursos no mercado com elevadas taxas de juros. Trata-se de propostas que vislumbram uma perspectiva de solução das incoerências geradas pela inserção do capital agrícola em detrimento da agricultura familiar. Como exemplo destas propostas, cita-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dada sua presença em todo o território nacional e seu propósito de prover o agricultor familiar descapitalizado de recursos financeiros que possibilitem a continuidade de suas atividades.

1.2 Inserção do capital canavieiro no município de Rubiataba e suas consequências.

A inserção do capital no campo, principalmente através dos grandes complexos industriais, tem gerado preocupação quanto à sustentabilidade ambiental, a agricultura familiar e as transformações sociais decorrentes do êxodo rural, dentre outras questões.

O agricultor familiar, portanto, sofre com a falta de incentivos para continuar suas atividades, já que, conforme Ehlers (1999), o governo tem direcionado seus programas de crédito agrícola principalmente para o grande latifúndio, uma vez que essa categoria de produtor movimenta, além da produção agrícola propriamente dita, também o mercado de insumos agrícolas.

O pequeno proprietário de terra vê-se, então, impelido a arrendar parte de sua propriedade para as usinas de álcool. Dessa maneira, ele obtém uma renda segura que possibilita pequenos investimentos na sua propriedade e a aquisição de animais de criação, com possibilidades de desempenhar atividades geradoras de renda que complementem aquela adquirida com o arrendamento. Nem todo agricultor se beneficia desse “privilégio” principalmente aqueles proprietários cuja propriedade possui uma geografia inadequada para o cultivo da cana e não desperta o interesse do arrendatário.

A agricultura familiar, neste contexto, torna-se dependente do sistema econômico imposto pelo latifúndio. Percebe-se que o processo modernizador da agricultura desempenha papel fundamental no que se admite ser uma descaracterização do ator, o agricultor familiar, visto que ele passa a ser um trabalhador assalariado e altamente dependente do sistema capitalista imposto pela agroindústria.

O fator econômico, portanto, tem se mostrado muito mais como instrumento justificador dos excessos degradatórios e de excludência do que propriamente um agente gerador de bem estar.

Não se pretende, aqui, defender a ideia de que toda evolução tecnológica e humana deva sofrer retrocessos em função de ideais protecionistas, pois, conforme Ianni (1997, p. 65), “Os aumentos de consumo, a contrapartida dos aumentos de produção, agem por sugestão ou emulação na criação das necessidades [...]. As necessidades passam assim a depender da produção”. Produzir, portanto, é necessário, pois se trata de atender as necessidades e o bem-estar do homem. Porém, as necessidades que afloram não devem justificar os desmazelos quanto aos princípios da evolução social num processo natural e ótimo do seu desenvolvimento.

O presente estudo direciona-se para a região de Rubiataba pelo fato da indústria sucroalcooleira ser, ali, um importante instrumento de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de desenvolvimento econômico social. A partir da década de 1980, essa atividade tem proporcionado uma grande movimentação econômica no município e, como conseqüência, a população urbana e rural tem se beneficiado, de alguma forma, de todo esse processo. Devem-se, entretanto, fazer algumas considerações quanto aos

resultados socioeconômicos dessa indústria em favor da agricultura familiar. Isto se faz necessário, pois existe por parte da população, principalmente a urbana, desconhecimento quanto aos efeitos sociais causados pela inserção do capital em detrimento da agricultura familiar e seus atores.

Importante, também, salientar a questão da empregabilidade no município, visto que as atividades não diretamente ligadas à monocultura da cana-de-açúcar consistem, em sua maioria, em trabalhos informais que, de certa forma, também contribuem para a movimentação econômica da região. Atividades como comércio de produtos importados, vendas de roupas no sistema de vendas diretas e construção civil revelam que a indústria sucroalcooleira e o comércio formal não são capazes de absorver toda a mão de obra ociosa da região, o que acarreta uma série de eventos típicos dos grandes centros urbanos e que comumente são hoje verificadas no interior, principalmente na população mais jovem tais como: consumo de bebidas alcóolicas e gravidez na adolescência, uso de drogas, vandalismos etc.

1.3 O desmonte da agricultura familiar: do campo para a cidade.

Em boa parte das propriedades, observa-se que não há unanimidade entre os membros da família quanto a morar e trabalhar na propriedade, sendo que as gerações mais novas tendem pelo espaço urbano. Por conseguinte, é comum a ocorrência de divisão das famílias, ou seja, há os que moram na propriedade, mas trabalham na cidade, e os que moram e trabalham na cidade, estes últimos totalmente desvinculados das atividades rurais.

O baixo número de famílias que ainda residem em suas propriedades é resultado do alto índice de movimentação no sentido rural-urbano, como dito anteriormente, fenômeno ocasionado pela atividade canavieira. Associado a isto, também preocupa o fato de poucas famílias trabalharem na propriedade, o que denuncia a ausência cada vez maior dos atores da agricultura familiar em boa parte das propriedades.

O processo evolutivo e expansionista do cultivo da cana para a produção de álcool no município em estudo tem apresentado um crescimento contínuo, o que gera certa expectativa quanto ao futuro da agricultura familiar, a sustentabilidade agrícola e seus atores. Tornam-se necessárias abordagens quanto à forte influência dos avanços tecnológicos na descaracterização da agricultura familiar, bem como na formação de um

novo perfil do homem do campo, principalmente dos proprietários de pequenas áreas, conforme observado por Ehlers (1999, p. 39), quando afirma que “Essa ‘modernização’ exclui grande parte dos produtores familiares, que não eram contemplados pelos benefícios governamentais”. No entanto, o Decreto nº 3.991, de outubro de 2001, que dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em seu artigo 5º, define os seguintes critérios que credenciam o agricultor familiar como beneficiário do programa.

Art. 5º Para os efeitos deste Decreto são considerados beneficiários do PRONAF todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
II - utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento;
III - obtenham renda familiar originária predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;
IV - residam no próprio estabelecimento ou em local próximo. (PRONAF, 2007).

Legalmente, pois, a agricultura familiar está protegida, assim como a seus membros estão asseguradas as condições para sua sobrevivência, em meio ao predomínio do grande capital no campo. O que é passível de questionamento são as condições impostas para a acessibilidade aos programas, embora se reconheça que os critérios contidos no artigo 5º, conforme descrito, se justificam, pois têm como objetivo evitar que agricultores patronais e outros profissionais sejam beneficiados com o programa, cujo objetivo é beneficiar o agricultor familiar que, de fato, dependa de suas atividades agrícolas como meio de sobrevivência. A esse respeito, Abramovay e Veigas (1998, p. 28) afirmam que

Os critérios que procuram delimitar o público do PRONAF-C têm o nítido objetivo de evitar que os fundos do programa se dirijam aos agricultores patronais ou aos milhares de profissionais liberais detentores de áreas inferiores a quatro módulos rurais. Ao mesmo tempo, é óbvio que a aplicação rigorosa da norma segundo a qual 80% da renda familiar deve vir da *agropecuária* eliminaria não só médicos, advogados e professores que possuem um sítio, mas também milhões de unidades que o censo classifica como estabelecimentos, e cuja reprodução depende fundamentalmente de fontes que lhes são exteriores.

Portanto, o público potencial do PRONAF-C não é igual ao conjunto dos estabelecimentos com menos de quatro módulos e que empregam no máximo

dois assalariados. Não se pode ter a expectativa de que participem, de maneira significativa, do programa, aquelas unidades cuja oferta agrícola não permite que o essencial da renda familiar venha do próprio estabelecimento.

As definições legais que estabelecem o enquadramento do agricultor familiar não descrevem, ao menos em suas entrelinhas, o favorecimento àqueles agricultores que possam agir como colaboradores das grandes indústrias capitalistas. Os critérios seletivos que enquadram ou não um determinado agricultor familiar num perfil considerado “satisfatório” para a liberação de créditos acabam por excluir aquele cuja produção não esteja compatibilizada aos interesses das grandes indústrias, reais responsáveis pela definição e seletividade ou, no mínimo, fortes influenciadoras nos critérios estabelecidos.

As críticas expostas por Petrelli (2004, p. 7), quanto à seletividade e consequente exclusão na liberação de créditos governamentais, apresenta alguns fatores sociais e regionais, pois,

[...] no leque do universo considerado como sendo o de agricultores familiares o grupo mais economicamente integrado tem recebido as benesses desta integração e conseguiu fazer parte do processo de modernização conservadora. Podemos verificar a alta participação das liberações para fumo e soja sobre o total financiado, lembrando que estes produtos têm ligação direta com a produção agroindustrial e de exportação. Paralelamente, verificamos a baixíssima participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno. Haveria também domínio quase que total dos recursos na região Sul nos primeiros anos de implantação do PRONAF que estaria sendo contrabalançado nos anos posteriores.

O autor descreve as incoerências em torno do que é sugerido como sendo abrangente e integrador e demonstra o poder de influência do grande capital na destinação dos recursos supostamente direcionados ao incentivo e manutenção das atividades agrícolas familiares.

Em suma, os critérios para a liberação de recursos para o agricultor familiar estabelecem que o mesmo não possa possuir área superior a quatro módulos fiscais; deve utilizar no estabelecimento apenas mão-de-obra familiar; precisa obter renda familiar originalmente das atividades desempenhadas na propriedade e; deve residir ou estar próximo à propriedade. Está implícito, porém, que o critério predominante reside

no fato deste – o agricultor familiar – estar em conformidade com os interesses das grandes indústrias.

As descrições apresentadas quanto a membros das famílias trabalharem na área urbana dos municípios, mas residirem na propriedade rural, ou por hora, trabalharem na propriedade, no entanto residirem na zona urbana, e os que simplesmente optaram por viver na urbe, ou seja, direcionaram suas buscas por prosperidade e satisfação pessoal nas cidades, demonstram o atual estado de desruralização das famílias antes identificadas como predominantemente ligadas à agricultura familiar.

Torna-se, portanto, incontestável a diminuição, substituição ou mesmo extinção de atividades agrícolas e pecuárias em função da lavoura de cana-de-açúcar, responsável nas mudanças de postura do trabalhador rural ante sua rotina de outrora. Ainda que se percebam reações em uma ou outra atividade pecuária e agrícola, embora em menores proporções quando comparadas a anos anteriores às atividades canavieiras, estas somente ocorrem graças à resistência de agricultores familiares que, por opção, não se renderam aos encantos do arrendamento, ou não o fizeram pelo fato da formação topográfica de suas propriedades não atenderem às necessidades e exigências das usinas. Considera-se, também, a persistência de famílias, algumas já fragmentadas, que insistem em manterem-se ativas e dependentes apenas de suas atividades agrícolas, embora os números denunciem uma grande e perene mobilidade da população rural, o que confirma o alto êxodo cuja motivação tem relação direta com as atividades canavieiras. Reconhece-se, entretanto, que tudo isso tem possibilitado aos municípios um incremento econômico, porém condicionado a um processo de desruralização do agricultor familiar e a outros malefícios sociais.

A conscientização quanto à importância de se propor soluções que possam viabilizar a continuidade das atividades agrícolas sulcroalcooleiras sem comprometimento ao desenvolvimento socioeconômico da região em que se encontra o município de Rubiataba devem se constituir na necessidade conciliatória entre a manutenção do desenvolvimento socioeconômico e ações mais eficazes focadas na sustentabilidade ambiental e sobre tudo social.

As ocorrências observadas de alguns resultados positivos no desempenho das atividades agrícolas revelam a capacidade de adaptação do agricultor familiar às adversidades geradas a partir do cultivo da cana-de-açúcar no município. Associa-se a isto a busca por melhores meios nos modos produtivos, amenizadores de maiores perdas ocorridas. Entretanto, insuficientes diante dos desarranjos sociais havidos, e que ainda

hão de vir, na agricultura familiar do município dadas previsões de crescimento e expansão do setor.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: **o caso do Programa Nacional de Fortalecimento**. Brasília, IPEA. Texto para discussão n. 641, 51 p, 1998.

EHLERS, Eduardo. Agricultura Sustentável: **origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

IANNI, Octavio. A Sociedade Global: civilização brasileira. 5.ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1.997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 03 jul. 2006.

MARCONI, Eva M; LAKATOS, Marina de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas 2001.

PETRELLI C.V.; Silva, F. O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados. Anais XVII Congresso da SOBER, julho/2004. Cuiabá - MT.

SEPIN – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Perfil socioeconômico de Carmo do Rio Verde-GO, Goianésia-GO, Itapaci-GO e Rubiataba-GO. Goiânia: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/>> Acesso em: 09 jul. 2008.